



16) Termo de Registro: 02108
Nome da Embarcação: Z MAX XX
Proprietário/ Armador: Zemax Log Soluções Marítimas S/A
17) Termo de Registro: 02109
Nome da Embarcação: GIOVANNA VII
Proprietário/ Armador: Chibatão - Navegação e Comércio Ltda
18) Termo de Registro: 02110
Nome da Embarcação: ISABELE XXV
Proprietário/ Armador: Chibatão - Navegação e Comércio Ltda
19) Termo de Registro: 02111
Nome da Embarcação: TOP MARINE CATAMARÃ 01
Proprietário/ Armador: Top Marine Locação e Serviços Marítimos Eireli-ME
20) Termo de Registro: 02112
Nome da Embarcação: LUMAR XIV
Proprietário/ Armador: Agência Marítima e Transportes Lumar Ltda-ME
21) Termo de Registro: 02113
Nome da Embarcação: LUMAR XV
Proprietário/ Armador: Agência Marítima e Transportes Lumar Ltda-ME
22) Termo de Registro: 02114
Nome da Embarcação: VISION SHOW 8 IRON TIPE B
Proprietário/ Armador: Vision Show Ltda-EPP
23) Termo de Registro: 02115
Nome da Embarcação: VISION SHOW 8 IRON TIPE D
Proprietário/ Armador: Vision Show Ltda-EPP
24) Termo de Registro: 02116
Nome da Embarcação: VISION SHOW 8 IRON TIPE E
Proprietário/ Armador: Vision Show Ltda-EPP
25) Termo de Registro: 02117
Nome da Embarcação: VISION SHOW 8 IRON TIPE F
Proprietário/ Armador: Vision Show Ltda-EPP
26) Termo de Registro: 02118
Nome da Embarcação: VISION SHOW 8 IRON TIPE G
Proprietário/ Armador: Vision Show Ltda-EPP
27) Termo de Registro: 02119
Nome da Embarcação: VISION SHOW 8 IRON TIPE H
Proprietário/ Armador: Vision Show Ltda-EPP
AVERBAÇÕES NO REB:
01) Termo de Registro: 01025
Nome da Embarcação: AH GIORGIO P
Proprietário/ Armador: Finarge Apoio Marítimo Ltda
02) Termo de Registro: 00530
Nome da Embarcação: MISS RAMONA
Armador/ Afretador: Bourbon Offshore Marítima S/A
03) Termo de Registro: 00531
Nome da Embarcação: MISS GAYLA
Armador/ Afretador: Bourbon Offshore Marítima S/A
04) Termo de Registro: 00613
Nome da Embarcação: MISS ALLIE
Armador/ Afretador: Bourbon Offshore Marítima S/A
05) Termo de Registro: 00614
Nome da Embarcação: MISS KATHY
Armador/ Afretador: Bourbon Offshore Marítima S/A
06) Termo de Registro: 01493
Nome da Embarcação: BRAM BRASIL
Proprietário/ Armador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
07) Termo de Registro: 01474
Nome da Embarcação: MULICEIRO XIII
Proprietário/ Armador: Muliceiro Serviços Marítimos Ltda
08) Termo de Registro: 01506
Nome da Embarcação: TS 4
Proprietário/ Armador: Tranship Transportes Marítimos Ltda
09) Termo de Registro: 01507
Nome da Embarcação: TS MARRENT0
Proprietário/ Armador: Tranship Transportes Marítimos Ltda
10) Termo de Registro: 01508
Nome da Embarcação: TS SOBERANO
Proprietário/ Armador: Tranship Transportes Marítimos Ltda
11) Termo de Registro: 01021
Nome da Embarcação: SKANDI FLUMINENSE
Proprietário/ Armador: Dof Navegação Ltda
12) Termo de Registro: 01404
Nome da Embarcação: BABITONGA BAY
Armador/ Afretador: Companhia de Navegação Norsul
13) Termo de Registro: 01430
Nome da Embarcação: TOPA TUDO XVIII
Proprietário/ Armador: Zemar Serviços e Locação de Embarcações Ltda

14) Termo de Registro: 01302
Nome da Embarcação: MERCOSUL SANTOS
Armador/ Afretador: Mercosul Line Navegação e Logística Ltda
15) Termo de Registro: 01312
Nome da Embarcação: MERCOSUL SUAPE
Armador/ Afretador: Mercosul Line Navegação e Logística Ltda
CANCELAMENTOS DE REB:
01) Termo de Registro: 00708
Nome da Embarcação: TWB-200
Proprietário/ Armador: Navegação São Miguel Ltda
02) Termo de Registro: 00765
Nome da Embarcação: JAGUARIBE
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
03) Termo de Registro: 00050
Nome da Embarcação: ITAMONTE
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
04) Termo de Registro: 00051
Nome da Embarcação: ITAJUBA
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
05) Termo de Registro: 00057
Nome da Embarcação: AVARE
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
06) Termo de Registro: 00076
Nome da Embarcação: RODEIO
Proprietário/ Armador: Petrobras Transporte S/A - Transpetro
#DAT Secretaria do Tribunal Marítimo, em 01 de setembro de 2014.

JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado da Seção

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 17, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre os procedimentos para a realização de aditamento de contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies vinculados a Instituições de Educação Superior - IES descredenciadas pelo Ministério da Educação - MEC em processos de supervisão que não mantiveram a Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento - CPSA em funcionamento nos locais de oferta de curso, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e

CONSIDERANDO:

O estabelecimento, pela Portaria Normativa MEC nº 18, de 1º de agosto de 2013, da Política de Transferência Assistida de estudantes regulares do Sistema Federal de Ensino, no âmbito dos processos de supervisão que resultem em descredenciamento de Instituições de Educação Superior - IES pelo Ministério da Educação - MEC;

Que a Política de Transferência Assistida objetiva assegurar a continuidade dos estudos para formação dos estudantes regularmente matriculados, o aproveitamento dos estudos realizados, a formação dos estudantes contemplados por programas federais de acesso ao ensino superior, as condições satisfatórias de qualidade de oferta da educação superior e economicamente compatíveis aos estudantes em situação de transferência acadêmica e a confiança no Sistema Federal de Ensino;

Que a Política de Transferência Assistida é adotada em casos de risco iminente de descontinuidade da oferta da educação superior e após decisão do Secretário de Supervisão e Regulação da Educação Superior de desativação de curso ou descredenciamento de IES;

Que o descredenciamento de IES em processo de supervisão frequentemente é precedido por desorganização acadêmica e administrativa que impossibilita a oferta regular do serviço educacional, a expedição célere de documentos acadêmicos, inclusive para fins de transferência de instituição, dificultando a formação dos estudantes contemplados por programas federais de acesso à educação superior; e

A necessidade do estabelecimento de procedimento específico para salvaguardar situação de estudantes com contrato de fi-

nanciamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil - Fies que têm dificultada a realização de aditamento em razão do descumprimento pela IES descredenciada da determinação de possuir equipes responsáveis pelos procedimentos de emissão de documentos acadêmicos e trâmites administrativos, no caso, a Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento - CPSA, resolve:

Art. 1º Os procedimentos para a realização de aditamento de contratos de financiamento pelo Fies de estudantes regulares do Sistema Federal de Ensino matriculados em IES descredenciadas pelo MEC em processos de supervisão que não mantiveram CPSA em funcionamento nos locais de oferta de curso passam a ser regidos por esta Portaria.

Art. 2º A transferência de instituição de ensino deverá ser realizada mediante solicitação do estudante e validação, reabertura ou rejeição pela CPSA da IES que receber o estudante em transferência, na forma estabelecida no art. 6º da Portaria Normativa MEC nº 25, de 22 de dezembro de 2011, dispensada a atuação da CPSA da instituição de origem.

Art. 3º O estudante que estiver com o prazo de utilização do financiamento encerrado deverá solicitar a dilatação na forma do disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 16, de 4 de setembro de 2012, após a realização de transferência de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. A dilatação de que trata o caput deverá ser validada pela IES que receber o estudante em transferência.

Art. 4º A solicitação de suspensão temporária do financiamento realizada por estudante abrangido pelo art. 1º desta Portaria ficará dispensada da validação da CPSA do local de oferta de curso da IES descredenciada.

§ 1º É de exclusiva responsabilidade do estudante o pagamento dos encargos eventualmente devidos à IES pela prestação de serviços educacionais durante a vigência da suspensão temporária do financiamento.

§ 2º O Comprovante de Solicitação de Suspensão disponível no Sisfies substituirá o Documento de Regularidade de Matrícula - Suspensão - DRM-Suspensão para fins de comprovação da realização do aditamento de suspensão temporária da utilização do financiamento.

Art. 5º Aplica-se aos aditamentos de transferência de IES, de dilatação e de suspensão temporária do prazo de utilização de financiamento concedido com recursos do Fies, naquilo que não colidir com as disposições desta Portaria, o disposto nas Portarias Normativas MEC nº 25, de 2011; nº 16, de 2012; e nº 28, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 6º A Secretaria de Educação Superior - SESu informará ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

I - o código do e-MEC e a razão social das IES descredenciadas pela Secretaria de Regulação da Educação Superior - SERES e que não mantiveram em funcionamento as CPSAs nos locais de oferta de curso;

II - a data e o número do ato de descredenciamento das IES de que trata o inciso anterior;

III - os semestres a serem considerados para fins da concessão das suspensões previstas no inciso II do § 1º do art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 28, de 2012.

Art. 7º O FNDE tornará públicos os prazos para a realização dos aditamentos dos contratos de financiamento abrangidos por esta Portaria.

Art. 8º A Portaria Normativa MEC nº 28, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
§ 1º.....

II - por até 5 (cinco) semestres consecutivos além daqueles previstos no caput e no inciso I deste parágrafo, para fins de transferência do estudante na ocorrência de encerramento de atividade de instituição de ensino superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

....."(N.R.

"Art. 4º
Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput as suspensões (N.R.)

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 885, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008, e na Portaria MEC nº 316, de 4 de abril de 2007, resolve:

Art.1º Ficam divulgados os resultados preliminares do Censo Escolar de 2014 na forma dos Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO I

Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino. As matrículas da Educação Especial constam no Anexo II.
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
ACRE														
ACRELANDIA														
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	607	0	495	0	93	0	77	0
Estadual Rural	0	0	8	0	143	0	205	15	84	107	154	0	44	0
Municipal Urbana	250	17	223	12	936	0	0	0	0	0	26	0	0	0
Municipal Rural	0	0	199	0	477	0	299	0	0	0	0	0	0	0